

Universidade Federal de Santa Catarina

Joana Zanotto Sabbá Guimarães

Láís Cerqueira Campos Souza

Prof. Dr. Mauro César Silveira

O massacre da tribo Gavião Parkatêjê durante a Ditadura Militar

Florianópolis, Santa Catarina

I. Tema

Queremos contar a história e mostrar a realidade atual da tribo Gavião Parkatêjê, localizada na Terra Indígena Mãe Maria, no município de Bom Jesus do Tocantins, sudeste do Pará, e das aldeias vizinhas a ela, atingidas pela Guerrilha do Araguaia e opressão da ditadura militar.

Nas décadas de 60 e 70, os índios da região eram escravos por dívida na coleta de castanha do Pará, comercializada pelo então diretor da Delegacia Regional da Funai, em Belém, coronel Amaury. A atividade motivou o funcionário da fundação, José Humberto do Nascimento (Tiuré), a largar seu cargo para viver com a tribo Parkatêjê e ajudá-la a conquistar independência financeira.

Em 1977, a tribo descobriu que o Projeto Grande Carajás construiria uma ferrovia atravessando a sua terra. Como os índios resistiram, o exército ocupou as duas saídas do território. A “pacificação” resultou na perda de 70% da população e na fuga de Tiuré, reconhecido pela ONU como o primeiro índio brasileiro com status de refugiado político.

II. Justificativa

Ao tomarmos conhecimento que um dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade é investigar os crimes cometidos pelo Estado contra as comunidades indígenas durante a ditadura militar, chamou-nos a atenção a pouca visibilidade do tema na mídia quando comparado aos desaparecidos de áreas urbanas – segundo o indigenista Tiuré, são 400 nas cidades contra 5 mil índios.

São relatados casos de abuso sexual, escravidão, invasão de território, tortura, prisão, assassinato e extorsão pelo governo militar. Para explorar o assunto, focaremos a apuração na tribo Gavião Parkatêjê e em aldeias vizinhas a ela. Escolhemos a área por ser região de conflito, próxima ao Rio Araguaia, e por ter representatividade na luta dos indígenas.

Os parkatêjê trabalhavam desde 1966 coletando castanha-do-Pará na floresta e entregando para o diretor da Delegacia Regional da Funai, em Belém, Coronel Amaury, único autorizado a comercializar a semente entre os índios e os exportadores. Para fazer a colheita, eles precisavam retirar os instrumentos de trabalho de uma espécie de loja da Funai antes de receberem o pagamento pelo serviço, feito apenas depois que as castanhas eram comercializadas. No fim, a maioria da tribo trabalhava para pagar as suas dívidas, sem nunca conseguir quitá-las.

Os 582 descendentes dessa tribo ainda vivem na região de Bom Jesus. Dentre eles o líder KrohoKrenhum, que foi à Funai denunciar os abusos sofridos na década de 70 – o primeiro contato de José Humberto do Nascimento (Tiuré) com os Parkatêjê e o motivo que o fez mudar-se para selva. Com a intervenção dele, a tribo conseguiu comercializar sem a intermediação da Funai, vivendo um período de paz por aproximadamente três anos.

KrohoKrenhum contou que por volta de 1960, quando o primeiro homem branco entrou em contato com a tribo, havia cerca 2 mil indígenas. Quando o líder conheceu Tiuré, a comunidade tinha um pouco mais de 200 índios. Número que diminui ainda mais com a construção da Ferrovia do Projeto Grande Carajás.

III. Objetivos

Com a apuração dessa reportagem, pretendemos mostrar e dimensionar a tragédia sofrida, durante a Ditadura Militar, por um segmento da sociedade brasileira esquecido muitas vezes pelos meios convencionais de comunicação: o da comunidade indígena. Assim, revelaremos a importância da Comissão Nacional da Verdade para dar voz a essas minorias.

Escolhemos representar “a minoria” contando a história da tribo Gavião Parketêjê e de suas aldeias vizinhas. Levantaremos dados e personalidades para provar os casos de lesa-humanidade que lá ocorreram, com a convivência da Funai.

Além de investigar a presença da CIA na floresta amazônica através da ONG *New Tribes of Brazil*, que apresentava como missão a evangelização dos índios.

Escreveremos sobre as cicatrizes deixadas pela presença dos militares e pelo Projeto Grande Carajás entre os descendentes indígenas que ainda moram em Bom Jesus do Tocantins.

IV. Metodologia

A matéria da pauta apresentada será escrita para o formato revista de no mínimo quatro páginas editoriais, diagramadas com texto e fotos/ilustrações.

Na primeira etapa da apuração, pesquisaremos arquivos que comprovem a atividade dos militares no sudeste do Pará. Procuraremos em jornais da época alguma menção sobre a exploração indígena e a forma como a imprensa lidava (ou não lidava) com o assunto. Contaremos também com os documentos que já estão sendo levantados pelos grupos que estão trabalhando em conjunto: Tortura Nunca Mais – coordenado pelo Marcelo Zelic -, e pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Além de entrar em contato com os integrantes da Comissão Nacional da Verdade.

No segundo momento, faremos contato com as fontes. Conversaremos com José Humberto do Nascimento, o Tiuré, que viveu um longo período com a tribo Parkatêjê, teve acesso aos documentos da Funai considerados confidenciais enquanto funcionário e foi responsável por encontrar um meio dos índios venderem as castanhas sem serem escravizados. Procuraremos o ex-diretor da Delegacia Regional da Funai, em Belém, coronel Amaury para ouvi-lo como representante da Fundação na época, diretamente envolvida com a exploração.

Para entender um pouco mais como o encontro com o homem branco transformou a realidade da tribo, entrevistaremos a antropóloga Iara Ferraz, que fez sua tese de mestrado sobre o líder dos Parkatêjê, ajudou-lhes a assumirem o controle da produção de castanha e na diplomacia entre eles e as grandes empresas que invadiram suas terras com o Projeto Grande Carajás. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também

será consultado para sabermos o quão indispensável é a terra indígena que foi invadida e para que falem sobre a forma de ocupação.

Outra fonte de pesquisa é o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que atua diretamente na causa.

Por fim, a última etapa será realizada na aldeia, no município de Bom Jesus do Tocantins. Queremos ver os impactos do Projeto Grande Carajás na cidade e em sua população. Dentro da Terra Indígena Mãe Maria, queremos conversar com os sobreviventes do massacre, inclusive com o líder da tribo KrohoKrenhum, que segundo Tiuré, ainda está vivo e organiza ocupações na Estrada de Ferro Carajás. Conversaremos com os descendentes da tribo para traçar o retrato de sua comunidade e os reflexos do tempo de repressão.

Na aldeia há uma escola que queremos conhecer para observar a estrutura das aulas e conversar com a pesquisadora Leopoldina de Araújo. Ela estudou a língua Timbira, dialeto local, em sua tese de doutorado e fez, a pedido de KrohoKrenhum, que queria recuperar a utilização do dialeto, uma coletânea bilíngue de mitos para ser usado como material didático na escola.